

GLOBALIZAÇÃO, CIDADANIA E SUJEITO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Edinaldo Enoque Silva Junior¹

GLOBALIZATION, CITIZENSHIP AND SUBJECT: CHALLENGES OF EDUCATION IN CONTEMPORARY SOCIETY

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender o processo de globalização em relação com as transformações da identidade e da cidadania. Buscamos compreender o enfraquecimento das identidades locais e em que isso pode afetar no interesse pelas coisas da cidade. Num segundo momento, pretende-se analisar o enfraquecimento desse desinteresse pelas coisas da cidade, juntamente com o conceito de cidadania em aproximação do conceito de Sujeito proposto por Alain Touraine. Por fim, buscamos alargar o debate sobre o Sujeito em relação com a escola, ou seja, qual poderia ser o papel da escola para a formação do Sujeito. Desse modo, este artigo pretende compreender a crise da identidade mediante o processo de globalização, em que essa crise pode afetar nas práticas cidadãs e qual a importância de se pensar o Sujeito para revitalizar essas mesmas práticas, e como a escola pode contribuir para formar esses Sujeitos.

Palavras-chave: Cidadania. Sujeito. Educação. Contemporaneidade.

Abstract: This article aims to understand the process of globalization in relation to the transformations of identity and citizenship. We seek to perceive the weakening of local identities, and to enquire to what extent this may affect the interest in things of the city. Secondly, we intend to analyze the decreasing interest in the things of the city along with the notion of citizenship regarding the approach of Subject as proposed by Alain Touraine. Finally, we intend to enlarge the debate on the Subject in relation to the school, i.e., what the school role for the Subject development could be. Therefore, this paper focuses on the crisis of identity brought about by the process of globalization, showing that this problem can affect civic practices. It's also our purpose to highlight the importance of thinking about the Subject in order to revitalize these same practices, as well as to discuss how school can contribute to build these Subjects.

Keywords: Citizenship. Subject. Education. Contemporaneity.

Introdução

¹ Mestre em educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), especialista em Ciências Sociais e licenciado em História pela mesma instituição, professor no departamento de ciências sociais e humanas na Universidade do Oeste de Santa Catarina. enoquesmo@hotmail.com .

A **cidadania** (grifo nosso) define a pertença a um estado. Ela dá ao indivíduo um status jurídico, ao qual se ligam direitos e deveres particulares. Esse status depende das leis próprias de cada Estado, e pode-se afirmar que há tantos tipos de cidadãos quantos tipos de Estado. O problema da cidadania, porém, não é apenas o problema jurídico ou constitucional; se provoca debates apaixonados, é porque coloca a questão do modo de inserção do indivíduo em sua comunidade, assim como a de sua relação com o poder político. Se considerarmos as discussões atuais sobre esse problema veremos que estão sempre presentes duas concepções, cada qual veiculando determinada representação do cidadão. A primeira opõe a sociedade ao Estado: insiste na liberdade dos indivíduos ou das comunidades, em oposição ao Estado, considerando como um poder externo à sociedade e à que ela se impõe. A segunda enfatiza a tradição, a identidade e a continuidade da nação. A cidadania, e, sobretudo, o acesso à cidadania, depende então da adesão a uma certa maneira de viver pensar ou de crer. (CANIVEZ, 1998, p.15)

Em resumo, a **identidade do Sujeito** (grifo nosso) só pode ser construída pela complementaridade de três forças: o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, dilacerada entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal, mas também institucional, do outro como Sujeito. O sujeito não se constrói na relação imediata de si consigo mesmo, na experiência mais individual, no prazer pessoal ou no êxito social. Só existe no combate com as forças do mercado ou com as da comunidade; nunca constrói uma cidade ideal ou um tipo superior de indivíduo; desbrava e protege uma clareira constantemente invadida. Protege mais do que participa, defende-se mais do que profetiza. (TOURAINÉ, 1997, p.116)

É na diretividade da **educação**, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereço-se até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professoras e professores “baderneiros” e “subversivos” o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. **Ela é política.** (grifo nosso) (FREIRE, 2007, p.110)

Este artigo se prende a um objetivo: analisar as transformações sociais no âmbito da identidade e da técnica e sua relação com a ideia de cidadania com vistas a ressignificá-la sob o conceito de Sujeito pessoal em aproximação a uma educação do Sujeito. Ou seja, pretendemos compreender as transformações atuais da sociedade tida pós-moderna, de acordo com Lyotard (2011), hipermoderna, como sugere Lipovestisky (2011), líquida, como denomina Bauman (2009), pós-industrial, como explica Touraine (1992), ou mesmo tardia como escreve Giddens (2002), em relação à participação dos cidadãos nessa sociedade, bem como a importância de pensar uma educação mais combativa ou indignada, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2009).

Pela quantidade (incompleta) de termos ou denominações, citados acima, que definem ou que procuram explicar o atual quadro social, já é de se pensar que outros tantos termos serão e são também difíceis de conceituar, mostrando a polissemia e a descentralidade das pesquisas sociais atuais, proporcionando, desse modo, ricas contribuições para a compreensão ou tentativa de compreensão do mundo em que vivemos e das relações humanas nele inseridas.

Assim, usaremos alguns conceitos-chaves, não com o intuito de limitá-los nem resumi-los, mas somente para dar um horizonte inteligível para que não caiamos num dos sinais do tempo pós-moderno, que é justamente o relativismo conceitual.

Desse modo, justificamos o porquê das longas citações introdutórias deste texto. Citamos longamente Freire, Touraine e Canivez e sublinhamos (negrito) os termos em que procuraremos nos debruçar mais detidamente. Assim, identidade, cidadania, Sujeito e educação política para o Sujeito são os termos que direcionará nossa reflexão.

Posto isso, o que queremos com este artigo refletir como terceiro objetivo? O que é cidadania, hoje? Em que a globalização e as transformações sociais podem influenciar no distanciamento de ações politicamente engajadas dos cidadãos? Em que a chamada crise de identidade pode ajudar a compreender o esvaziamento do espaço público e a negligência política que se averigua? Em que o conceito de Sujeito pode ajudar a perceber ou vislumbrar uma nova possibilidade de engajamento, de questionamento político social sem estar diretamente ligado com os conceitos marxistas de historicismo e luta de classe tão duramente criticado, mas ressaltando a importância, sim, dos movimentos sociais e culturais tão importantes em nosso tempo? E, por último, mas não menos importante: o que a escola tem a ver com isso? Ou seja, qual é a importância da escola como formadora ou possibilitadora do surgimento desses sujeitos indignados, questionadores, individual ou coletivamente dispostos a lutar pelos seus direitos e deveres ao mesmo tempo em que não se percam em comunitarismos e em esvaziamentos subjetivos da racionalidade técnica?

Sobre essas perguntas procuraremos refletir.

Globalização e identidade: As transformações das relações humanas no universo da comunidade e da técnica.

É de comum acordo entre diversos teóricos e cientistas sociais que um processo de intensa globalização se insere cada vez mais velozmente nos espaços regionais e nos

processos de organização social e de subjetivação dos indivíduos. Alguns dizem que esse processo encontra mais pontos positivos do que negativos; outros dizem o contrário. Entre os que avaliam a globalização de forma positiva, temos, como exemplo, Habsbert (2007, p. 49), que afirma: “Simbolicamente, territórios como aqueles das reservas naturais e patrimônios da humanidade podem ajudar na consolidação de uma identidade-mundo, capaz de unir numa mesma "rede-território" toda a civilização planetária”. Por outro lado, encontramos em Ianni (2003, p.272) a seguinte reflexão: “Nesse mundo globalizado [...] o indivíduo se mutila, se reduz, fragmenta, apaga, anula. Transforma-se em títere, autômato, zumbi. Fica solitário, no mapa do mundo, membro de uma vasta multidão de solitários; espectadores, audiência, público, massa”.

Dentro do debate em torno do valor positivo ou não da globalização, encontramos mais pensadores reticentes do que otimistas. Bauman (1999), por seu turno, ressalta que existe no processo de globalização um processo de glocalização, ou seja, uma imposição do global sobre o local, chamada por ele também de globalização negativa, que interfere diretamente na dinâmica própria dos locais, que passam, a partir dessa verticalização dos poderes extra locais, a perder suas características próprias aos sabores dos ventos midiáticos e da sociedade de consumo.

Seguindo a trilha dos estudiosos sobre os processos globalizantes encontramos Milton Santos (2001) que, com sua perspicácia e análise profunda da realidade brasileira, descobre que, quando se refere ao capitalismo globalizado, a tirania do dinheiro e a tirania da informação são os pilares da produção da história atual. Para o autor, ambas fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar, segundo um novo *ethos*, as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala.

De modo amplo e geral, os autores citados acima parecem concordar com a já clássica afirmação de David Harvey, sobre a condição pós-moderna, principalmente no que se refere à relação global-local, espaço-tempo.

Segundo Harvey (1989, p.240):

À medida que os espaços se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações de interdependências econômicas e ecológicas – e à medida que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento

avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais.

Tudo indica, desse modo, que o mais importante não é resistir, no sentido de se criar fortificações, que é o que justamente Touraine (2005) critica e teme ao designar essas barreiras de comunitarismos, mas sim aprender a lidar com, estar aberto à mudança, não no sentido de entrega total e completamente a ela, mas sim no sentido de dialogicidade e em muitos casos mesmo de recusa.

Castells, outro estudioso dos impactos da globalização e da sociedade em rede, é esclarecedor ao dizer (1999, p.17):

Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização [...]. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida mediante a criação de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial disseminado no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.

Posto isso, é quase temerário não aceitar a premissa de que a globalização impacta de modo contundente a vida das pessoas seja individual ou coletivamente, seja entre as pessoas e o Estado ou até mesmo entre os próprios Estados. O desenvolvimento técnico, o mercado econômico, a difusão midiática e o apelo ao consumo são pontos importantes para a compreensão global-local em termos de mutações globalizantes ao passo que a resistência pura e cega a esses itens aponta a formação de comunitarismos herméticos.

Com a miríade de possibilidades interpretativas não poderia ser diferente, em se tratando de globalização e mudança sociocultural, que diversos autores das mais diversas áreas apontam aquilo que consideram mais importante em seus estudos. Muito embora haja divergência em alguns pontos é comum encontrarmos nesses autores a afirmativa de que o mundo, tanto o ocidental quanto o oriental passa por um grande processo de transformação fruto dos processos globalizantes da economia e dos meios

de comunicação de massa, e que esses processos ressignificam sobremaneira as relações humanas individuais e coletivas.

O que nos interessa aqui, no entanto, é em que esse processo interfere, não na sociedade como um todo, mas naquilo que é próprio de cada um: sua identidade.

Partimos da ideia (tipo ideal) de que a identidade forte estava atrelada à localidade, a espaços geográficos definidos e que essa identidade era fruto do processo de socialização social, tido face a face numa relação direta com a comunidade, seja com as instâncias familiares, escolares ou religiosas, aos moldes, por exemplo, do que Tönnies (1947) denomina de Comunidade.

Com o processo de globalização e o conseqüente enfraquecimento das metanarrativas, sejam familiares, religiosas e até certo modo escolares, entendemos que a identidade se constitui a partir da relação, do conflito e da experimentação; a constituição identitária não se dá mais por verticalidades, mas sim e principalmente pelas horizontalidades, que Tönnies denomina Sociedade. Desse modo, as identidades enfraquecem e não são mais propriamente sociais, mas sim culturais, como denomina Hall (2003). Estão tão abertas à escolha ou até mesmo a invenções, como sugere Bauman (2007).

A identidade, que era coletiva ou grupal e própria de espaços geográficos delimitados, agora se mostra tênue e já não precisa obrigatoriamente ter laço local definido, possibilitando aos indivíduos ancorarem sua(s) identidades nos tempos e nos espaços bem como nos ensina Lahire (2001).

Em retorno ao que a globalização possibilita na conjugação da identidade, não mais propriamente local ou comunitária, mas agora com ar cosmopolita, a pergunta que se faz é: Até que ponto esse distanciamento ou desfiliação identitária local pode interferir no engajamento político e na construção de uma cidadania ativa, no sentido que Pedro Demo (1988) sugere, ou seja, de governante em potencial? A fragmentação da identidade acelerada pelo processo de globalização enfraquece a cidadania? Os indivíduos tornam-se menos preocupados com as questões que lhes dizem respeito em termos políticos locais e se configuram em grande monta ao tipo de cidadão consumidor, do qual nos falamos Canclini (2005) e Bauman (2008)?

Segundo esses e outros autores há uma espécie de frouxidão relativa à participação efetiva das questões que dizem respeito à política, devido, entre outras coisas, ao enfraquecimento identitário, ou seja, ao pertencimento local. A falta de

sentimento de pertença pode acarretar certa anomia política e, conseqüentemente, o recolhimento na privacidade em detrimento da vida pública.

Num primeiro momento, a identidade do cidadão era alinhavada ao Estado, e isso criava uma espécie de identidade nacional que via no Estado o provedor das necessidades dos cidadãos; em contrapartida, a obediência desses mesmos cidadãos às leis estabelecidas pelo Estado era de certo modo esperada e garantida.

Num segundo momento se enfraquece essa identificação; o Estado não passa ou passa muito pouco a garantir uma identificação sólida com seus concidadãos, que passam a ver na cidade ou comunidade esse laço de identificação.

Num terceiro momento, que em linhas gerais seria o cidadão atual, não é mais o Estado, ou a cidade, que norteia ou rege a construção de sua identidade, mas sim elementos alhures. Passa a não se identificar nem com o Estado nem com sua comunidade, mas sim identificar-se com elementos que não ou muito pouco são oferecidos pelo Estado ou cidade, comunidade onde vivem, mas prioritariamente pelo universo do consumo e da comunicação massiva, ao que Bauman (1999) e Canclini (2005) denominaram de cidadão consumidor.

Tal defasagem da esfera pública em relação à esfera privada faz com que o indivíduo se limite, em termos de participação democrática e cidadã, a somente depositar seu voto na urna, ou negociar seu voto para ganhos particulares.

O enfraquecimento da cidadania estaria nesse sentido diretamente relacionado com a crise de identidade que, por sua vez, está relacionada, entre outras coisas, com a globalização do mercado e das comunicações e a oferta de consumo.

Segundo Demo (1988, p.31):

É fato marcante de nossa época que os sistemas de comunicação e informação são fonte relevante de poder. Sua influência cotidiana já é avassaladora e tende a crescer indefinidamente. Talvez tenham já mais influência que a própria escola, e alguns diriam que mais que a própria família. A postura do cidadão-objeto, de mero expectador distante, é deliberadamente cultivada, sob as formas de aliciamento da propaganda e do consumismo.

Passamos, assim, do amplo espaço da globalização meramente conceitual para a globalização que influencia na subjetividade dos indivíduos, tanto em suas relações políticas, coletivas, quanto individuais. Pensemos na globalização como elemento no processo de formação de si e também como resultado do abandono ou negligência do espaço público em detrimento do espaço privado.

Mediante as profundas transformações suscitadas pela globalização, Canclini (2005) elenca cinco pontos daquilo que ele chama de novo cenário sociocultural. São eles:

- a) Um redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercícios do público: perda de peso dos órgãos locais e nacionais em benefício dos conglomerados empresariais de alcance transnacional;
- b) A reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos: do bairro aos condomínios, das interações próximas à disseminação policêntrica da mancha urbana [...] onde as atividades se realizam frequentemente longe do lugar de residência [...];
- c) A reelaboração do “próprio”, devido ao predomínio dos bens e mensagens provenientes de uma economia e uma cultura globalizadas sobre aqueles gerados na cidade e na nação a que se pertence;
- d) A conseqüente redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores;
- e) A passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida. Uma das manifestações desta mudança é que as formas argumentativas e críticas de participação dão lugar à fruição de espetáculos nos meios eletrônicos, em que a narração ou simples acumulação de anedotas prevalece sobre a reflexão em torno dos problemas, e a exibição fugaz dos acontecimentos sobre usa abordagem estrutural e prolongada.²

Esses pontos vêm ao encontro de tudo o que estamos procurando compreender até aqui: o processo de globalização sobre as identidades, que atinge, por sua vez, a ideia de cidadania participativa.

O que pretendemos até aqui é pontuar algumas considerações relevantes sobre o processo de enfraquecimento da cidadania participativa em relação à globalização e às transformações identitárias. Quando o local deixa de ser ponto de interlocução entre as personalidades e os problemas, quando as discussões políticas deixam de fazer parte da

² Resumo a partir de CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadão: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

vida cotidiana dos cidadãos ou mesmo quando os problemas sociais são midiaticizados, mas com pouco apelo a posturas participativas, ou se, quando há participação efetiva, acontecem de modo desorganizado e vazio, muitas vezes, de sentido.

Gostaríamos, agora, de aproximar o que apresentamos até então, ou seja, o enfraquecimento das identidades locais, globalização, empobrecimento político relacionado à cidadania ativa, àquilo que Touraine chama de Sujeito pessoal, ou seja, da possibilidade de superar, avançar ou, até mesmo, aproximar todas essas transformações que perpassam a sociedade, de modo a possibilitar ou reforçar o já existente, no pensamento de Touraine (2005) e Freire (2007), o Sujeito.

O Sujeito individual e coletivo na contemporaneidade

Uma das maiores preocupações de Alain Touraine em seus livros é como se efetivar uma relação em que a razão técnica ou instrumental, como sinaliza alguns frankfurtianos, não se sobreponha ao indivíduo. Outra grande preocupação de Touraine (2007) é evitar que esse indivíduo seja consumido pelo enrijecimento comunitário, ou seja, por uma identidade fechada.

Ele procura encontrar um ponto de equilíbrio entre razão técnica e identidade. Desse modo, sinaliza para o que denomina de Sujeito pessoal, que seria a luta constante do indivíduo entre a dessubjetivação técnica e o enrijecimento comunitário. O Sujeito pessoal seria um tensionamento constante entre os dois extremos. Seria o ponto de dialogicidade entre instrumentalidade e identidade.

Em seus primeiros escritos, Touraine (1996) fala de Sujeito histórico. Qual é a diferença entre Sujeito pessoal e Sujeito histórico? Alain Touraine (1992) usa o termo Sujeito histórico principalmente em seu livro *Retorno do Ator* (1984). Ainda muito preso às análises recentes que fez dos movimentos de 1968, Touraine (1984) acreditava que o Sujeito histórico estava de certo modo preso às ideias de historicismo e lutas de classes, proletariado e burguesia muito próximos aos escritos de Marx e Engels. Assim, o Sujeito histórico estava alinhado ao conceito de ator social voltado principalmente para luta de classes.

Passados os anos, o autor pôde compreender que os Sujeitos que surgiram pós 68 não levavam mais em suas reivindicações as lutas prioritariamente classistas entre burgueses e proletariados, muito menos os gritos de ordem do marxismo-leninismo, e

que até mesmo os movimentos dos trabalhadores não estavam necessariamente atrelados à luta de classe da esquerda marxista.

Touraine viu que algo muito novo e muito mais profundo do que as relações nomeadamente econômicas da sociedade estavam surgindo. Pôde verificar que os sujeitos não eram mais presos aos ideais de sociedade perfeita ou na ideia de fim de história, não estavam nem mais presos à sociedade, mas defendiam seus interesses pessoais, individuais, culturais ou se juntavam a grupos que comungavam dos mesmos objetivos. Assim, pôde-se perceber a força dos movimentos feministas dos variados tipos, movimentos contra os racismos de cor e etnia, contra os preconceitos de opção sexual, contra a degradação do meio ambiente, a favor ou contra o aborto, dos movimentos sem-teto, dos movimentos sem-terra, entre outros tantos que mais tarde Alain Touraine (2007) designou de novos movimentos culturais, e o Sujeito histórico passa a ser Sujeito pessoal.

Nosso interesse, aqui, é encontrar na ideia de Sujeito pessoal ou coletivo, elementos que possam reforçar a ideia de participação individual ou coletiva politicamente engajada. Unir talvez cidadania e Sujeito, mesmo sabendo que o Sujeito, em muitos casos, é anticidadão. Interessamo-nos principalmente em encontrar no Cidadão-Sujeito ou Sujeito-Cidadão a possibilidade de vislumbrar engajamentos, individuais ou coletivos, diante das mazelas do mundo contemporâneo. Diríamos que o produto que imaginamos é a somatória conflitual e dialógica do conceito de cidadania e conceito de Sujeito.

Mas, afinal, o que é ou quem é o Sujeito?

Nada nos deve afastar da nossa afirmação central: o sujeito é um movimento social. Não se constitui na consciência de si próprio, mas na luta contra o antissujeito, contra as lógicas de aparelho, sobretudo quando estas se tornam indústrias culturais e, a *fortiori*, quando tem objetivos totalitários (TOURAINÉ, 1992, p.324)

Designo por sujeito a construção do indivíduo (ou grupo) como ator através da associação de sua liberdade afirmada com sua experiência de vida assumida e reinterpretada. O sujeito é o esforço de transformação de uma situação vivida em ação livre; introduz a liberdade no que aparece, em primeiro lugar, como determinantes sociais e herança cultural. (TOURAINÉ, 1996, p.24)

Não defino o Sujeito em termos universalistas, logo, não sociais (criatura de Deus feita à sua imagem, portadora de um direito natural, cidadão de uma cidade que se baseia num contrato social e, logo no reino da lei), mas em termos de combinação e uma atividade racional e de uma identidade cultural e pessoal. (TOURAINÉ, 1997, p.177)

É o gesto da recusa, da resistência, que cria o sujeito. São a capacidade mais limitada de desvio em relação aos próprios papéis sociais, a não-pertença e a necessidade de constatação que fazem cada um de nós viver como sujeitos. (TOURAINÉ, 2005, p. 78)

[...] a ideia de sujeito, isto é, do indivíduo reconhecido como criador de si mesmo, por conseguinte capaz de reivindicar contra todo o direito a existir como indivíduo portador de direitos e não só na sua existência prática. (TOURAINÉ, 2007, p. 14)

Há quem diga que o mundo contemporâneo está fadado à alienação, à dessubjetivação, ao individualismo e ao consumo pelo consumo. Tudo isso poderia configurar meia verdade das análises sociais. A outra metade, diríamos assim, vê a possibilidade da emergência de um mundo melhor, centrado na ação, na esperança, na indignação, na outredade e no desejo de um mundo menos feio. Touraine (2006), por exemplo, mas não só. Poderíamos citar, *en passant*, Morin (2012), Santos (2001), Boaventura (2009), Freire (2005) e Goergen (2005), para ficarmos somente em poucos, mas importantes pensadores contemporâneos, que enxergam na atual conjuntura a condição necessária para a emancipação humana no sentido do indivíduo como autor de seu destino.

Se as localidades se esvaem, no sentido de Harvey (1989), a possibilidade de assunção da liberdade do Sujeito aumenta juntamente com a possibilidade desse enfraquecimento local desaguar num sujeito dessubjetivado, o não-sujeito ou o anti-sujeito. Logo, faz-se necessário uma relação de pertencimento sem acorrentamento, a necessidade de uma pertença ou reconhecimento de pertença com uma identidade que jogue e resista à massificação. O sujeito é ação.

O Sujeito também é historicidade. Está inscrito num lugar, mas o lugar é mais uma dimensão dessa historicidade; o que interessa ao sujeito é o si-mesmo e o Outro. É no si e na relação com o Outro que o Sujeito se torna Sujeito. É no reconhecimento do Outro também como Sujeito que o Sujeito se dá. Ou seja, é na lógica da resistência e respeito às diferenças que o Sujeito se forma e se constitui contra as forças que ameaçam sua individualidade. Daí a importância do entendimento e não da recusa pela recusa da supressão espaço-tempo ou dos ventos globalizadores, porque dá aos sujeitos uns aos outros a possibilidade de contato e reconhecimento daquilo que Morin (2005) ressalta que é a condição humana de cada um. Daí a importância da interculturalidade e do diálogo do respeito e da luta de ser o que se é. O Sujeito é luta, resistência e alteridade.

É aqui, no mundo dividido entre razão técnica e identidade que o Sujeito aparece como luta e resistência. O conceito de cidadania ganha com a compreensão do Sujeito, que é muito mais do que a respeitabilidade da lei, porque a lei também limita a cidadania. Esse duplo Cidadão-Sujeito emerge como possibilidade de ser autor, não ator, da própria vida, em luta, mesmo que não localmente, mas alhures, com aqueles que buscam os mesmo objetivos.

Assim, passamos de uma identidade local para algo muito mais amplo, de uma cidadania pobre, como sugere Demo (1988), para algo muito mais rico, para uma identidade cultural ou intercultural e uma cidadania também cultural, porque ela vai muito além da respeitabilidade a lei e dos direitos e deveres sociais; estende-se com muito mais força aos direitos e deveres culturais de ser mulher, homossexual, negro, imigrante, defensor da natureza, dos animais, que busca um teto, um pedaço de terra ou o direito de pertencer a uma ou várias religiões.

Como Touraine (1992) afirma, o Sujeito é um movimento sociocultural, e sua individualidade reside na resistência que constrói contra os aparelhos dessubjetivadores da sociedade de consumo ou contra o enrijecimento comunal. Tudo isso é assumir-se consigo mesmo e com outros.

Freire, que muito se aproxima da ideia de Sujeito aqui apresentado, afirma (2007, p.41):

Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.

A capacidade de assumir-se e assumir os outros, ou, como Freire (2005) diz, a Outredade, está na capacidade de entender as mudanças pelas quais a sociedade passa. Quanto menos entendermos a sociedade atual e suas transformações mais nos fecharemos em redutos comunitários ou em nós mesmos, e mais dificuldade teremos de reconhecer o Outro e suas diferenças, mais apatia e anomia se desenvolverão no que se refere a práticas sociais engajadas porque menos motivos se tem para que as coisas mudem, porque voltar ao que era (seja lá o que isso signifique) não é possível.

Quanto mais abertos estivermos para a compreensão do mundo, melhor lidaremos com a globalização, melhor compreenderemos ou estaremos dispostos a compreender as nuances dos meios de comunicação de massa e da sociedade de

consumo, do imperialismo da técnica ou do seu oposto à imposição comunitarista. Quanto maior a capacidade de assunção, maior o conhecimento sobre nós mesmos, mais possibilidade de defesa sobre os que nos insultam e nos agridem, seja simbólica ou formalmente, menos tolerantes e mais indignados seremos quando isso se estender aos outros Sujeitos como nós.

Quanto mais indignados ou com raiva ficarmos, como Freire disse, mais capacidade teremos de nos constituir como Sujeitos. Boaventura de Sousa Santos (2009) afirma que, para isso acontecer, é preciso criar um espaço para uma pedagogia do conflito.

O espaço nos limita a apresentar mais pontos sobre o que Touraine (1997) apresenta como Sujeito. A ideia não é encerrar o diálogo sobre o Sujeito; pelo contrário, é abrir clareiras para que o Sujeito possa ser compreendido e estudado em relação com outros pontos importantes dos estudos da sociedade.

A partir de agora, pretendemos voltar-nos a outro ponto importante de nossa reflexão, que remete às extensas epígrafes do início do texto. Acreditamos que, mesmo que de modo sucinto e incompleto, abordamos pontos importantes que nos propomos: identidade, globalização, cidadania e Sujeito.

Acreditamos deixar claro que somos, enquanto autores, suscetíveis mais a aceitar do que recusar as transformações globais, desde que elas não esmaguem o indivíduo em suas verticalizações, desde que não enfraqueçam os elos sociais, desde que não destruam toda e qualquer forma de identidade e, principalmente, que não destituam o indivíduo de sua subjetividade, desde que o indivíduo não se atomize em redutos privados e se “esqueça” de seu papel sociopolítico.

Para que isso não aconteça trouxemos a ideia de Sujeito pessoal. Retomá-la, aqui, e enfatizá-la, parece-nos pontual e importante. Refletir sobre o Sujeito num período onde as metanarrativas se esvaem é buscar encontrar no próprio indivíduo meios de lidar com o mundo em constante mutação, no qual vivemos.

As perguntas que poderiam ser feitas são: onde encontramos esse Sujeito? Onde “fabricamos” esse sujeito? Em que meio social se produz ou se produzirá esse Sujeito? Em meio à alienação mercadológica e midiática denunciada por diversos pensadores das mais diversas áreas do conhecimento é possível de fato vislumbrarmos o Sujeito? Ou ele é só mais um floreio retórico para consumo publicitário e editorial?

Este texto se propõe reflexivo, sobretudo otimista. Não são dois pesos e duas medidas do tipo: se há seres humanos alienados pelo mercado midiático e de consumo

também há seres Sujeitos, não. Acreditamos que todos somos Sujeitos em potencial. Por outro lado, defendemos, sim, a ideia de que o Sujeito com raiva (Freire, 2005), indignado (Santos, 2009), resistente (Touraine, 2005), pode ser e deveria ser pensado pelas políticas, principalmente as educacionais. Logo, parece-nos que o lugar de se pensar e se constituir Sujeitos é na escola, com a escola e para além dela.

E é sobre ela que repousará a última parte de nossa reflexão.

Desafios à educação e à formação do Sujeito na sociedade contemporânea

No que se refere à ideia de Sujeito apresentada na sessão anterior e à ideia de uma educação para o Sujeito, que apresentaremos aqui, utilizaremos como caminho teórico as ideias que estão espalhadas nas obras de Alain Touraine. É sabido que Touraine não é um sociólogo da educação. No entanto, Touraine (2001) nos ajuda a compreender, a partir da ideia de Sujeito, possibilidades de aproximações entre sua teoria sociológica e a teoria sociológica da educação. O que este texto tem tentado é justamente aproximar o Sujeito explicitado por Touraine de uma educação para o Sujeito.

Touraine não escreveu (pelo menos não encontramos nas obras traduzidas para o português) um livro dedicado exclusivamente à educação. Encontramos, em pontos esparsos de seus livros, chamamentos à importância de uma educação para o Sujeito. É em seu livro: *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?*, que encontramos, de fato, um capítulo dedicado à educação do Sujeito; não há um programa educacional estabelecido nele, mas, sim, o reforço, como já o faz em seus outros livros, sobre a importância de se pensar o Sujeito pessoal em termos educacionais.

Em toda sua obra é possível atribuir sua preocupação para a formação do Sujeito no âmbito da escola. Touraine(2007), bem como Paulo Freire (2005), por exemplo, deixa clara sua preocupação em atribuir essa formação juntamente com o convencional, digamos assim, ler e escrever. Toda a obra de Freire remete ao Sujeito do qual falamos aqui. Embora boa parte da obra de Freire seja dedicada à educação de adultos e jovens não se pode descartar, de modo algum, sua preocupação de se estender a educação para o Sujeito desde as primeiras séries escolares.

Posto isso, a ideia que norteia a última parte deste texto é de que a escola contemporânea tem um desafio que se mostra hercúleo: relacionar desenvolvimento científico e pertença cultural com vistas à interculturalidade, ao mesmo tempo em que

desenvolve a subjetividade com vistas ao Sujeito pessoal e coletivo, sem perder de vista a preparação para o mundo do trabalho.

No entanto, para Touraine (2001), a escola atual deve rever completamente seus objetivos e um deles é não mais preparar os alunos para a sociedade e sim para o indivíduo, ou seja, a individuação vem primeiro que a socialização. Seria, desse modo, o pontapé inicial para a escola do Sujeito. Boaventura (2009), nesse sentido, afirma que a escola deve ser uma escola da indignação.

Entretanto, por quê? Tendo em vista as grandes transformações científicas, nomeadamente dos meios de comunicação de massa, da produção massiva e do consumo massivo, as desigualdades sociais ainda grassam em grande parte do mundo, tanto no ocidente quanto no oriente. Além da técnica, cabe ressaltar a acusação que se faz à sociedade em relação a sua apatia política, ao seu desinteresse pelas coisas da cidade. Daí a importância de uma educação voltada para o Sujeito.

Sobre a escola cabe a acusação de que, desde muito, ela tem reproduzido ou preparado seus alunos para servirem de mão de obra para um sistema que mais aliena e exclui do que agrega, congrega os seres humanos para disputarem as benesses do mundo tecnológico e produtivo, em vez aprender a se solidarizar com as mazelas do mundo. A escola estaria a favor da normalização, da padronização e da mercadologização de seus alunos que servirão para a continuidade de um sistema excludente, e que sufoca as potencialidades individuais e, quando muito, as potencialidades individuais são canalizadas para os setores produtivos.

Em termos de desenvolvimento social a escola estaria se eximindo de seu papel questionador, provocador e engajado, tendo em vista o que Touraine (2007), por exemplo, diz sobre a impossibilidade de a escola gerir a si própria, ou seja, de a escola ter sua autonomia limitada por práticas governamentais competitivas e individualizadoras, ao invés de individuadoras.

Assim, seria possível encontrar na reprodutividade escolar a homogeneização de seus quadros e o completo descaso às diferenças, na preocupação escolar da exclusividade de transferir conteúdos e a pouca preocupação com as individualidades.

Segundo Freire:

É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado. Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber. (2007, p.43).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001), vivemos num momento paradoxal. Ao mesmo tempo em que vivemos um assustador processo de mutações devido à globalização, sociedade de consumo e informação, vivemos uma estagnação no processo de pensar a transformação social radical. Segundo ele, nunca foi tão grande a possibilidade de uma sociedade justa e solidária, ao mesmo tempo em que nunca foi tão grande ou parece ser a indisposição política para tal transformação.

Isso se deve, em grande monta, ao processo educacional, que não se preocuparia, ou muito pouco se preocuparia com o despertar da indignação, do questionamento ou da formação do Sujeito pessoal ou coletivo; ao contrário, percebesse na educação, pelo menos em grande parte da educação, a continuidade da dominação técnica e das exclusões dela provenientes.

Mediante o esvaziamento da esfera política e do quase total desprezo por parte dos cidadãos sobre os problemas da cidade, a substituição da esfera pública pela esfera privada, e de uma cidadania mais voltada ao direito de consumo do que ao direito à ação é que a escola deve pensar outramente seu modo de atuação.

É a partir desses questionamentos que a escola deveria mais do que nunca voltar-se a si mesma e voltar-se à formação e desenvolvimentos das subjetividades dos alunos, preocupar-se com suas individualidades e ajudá-los a desenvolver, na prática da liberdade, da democracia e do respeito pelo Outro e por si mesmo o saber revidar quando sentir sua identidade ameaçada pela massificação da cultura ou da técnica.

Diante disso:

A escola do Sujeito afastar-se-á cada vez mais do modelo que a concebe como agência de socialização. [...] a escola não deve ser feita para a sociedade, não deve ter por missão principal formar cidadãos ou trabalhadores, mas sim aumentar a capacidade dos indivíduos de serem Sujeitos. Será cada vez menos vocacionada para a transmissão de um conjunto de conhecimentos, de normas, de representações, e estará cada vez mais centrada, por um lado, na manipulação de instrumentos e, por outro, na expressão e na formação da personalidade. (TOURAINÉ, 1997, p. 364).

Parece, pois, que a ideia de cidadania, que sinalizamos no início do texto, fica enfraquecida quando a ideia central, aqui, é a educação para o Sujeito, ou seja, formar indivíduos não mais para a socialização e aceitação passiva das normas, mas sim de um constante questionamento e tensionamento em relação às normatividades, principalmente as que ferem de algum modo os interesses dos sujeitos, sejam ele

individuais ou coletivos. Mas é importante ressaltar que o Sujeito não é Sujeito todo o tempo e, no tempo em que o Sujeito não é Sujeito, o Sujeito é cidadão.

Logo, a educação do Sujeito volta-se para a alteridade para o Outro e para a busca de si no Outro e do Outro em si, num processo hermenêutico de respeitabilidade intercultural democrática, que não significa aceitação total e completa das diferenças, mas, sim, um diálogo sobre as diferenças; daí a importância do diálogo intercultural que a escola deve promover.

Nesse processo de construção do Sujeito reside aquilo que Freire chama de solidariedade social:

A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do Sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (2007, p. 42).

A posição de Freire (2005) se coloca bem distante daquilo que Canivez (1998) explica ser um dos papéis da escola, que é criar e difundir o *habitus*, e a escola do Sujeito tem como principal papel questionar justamente o *habitus* ou o treinamento pragmático.

Logo:

O Sujeito não é definido nem por papéis sociais nem por relações sociais. Esta ruptura torna necessária a ideia de sujeito, que só pode opor-se ao poder instalado dissociando-se de todos os mecanismos sociais e mesmo das relações interpessoais. Só podemos definir o sujeito pela relação com ele próprio, pela sua reflexão sobre si mesmo e pela sua autolegitimação. (TOURAINÉ, 2007, p. 141).

Não é nosso intuito dar receitas e nem temos condições para isso, se a escola e professor devem ou não, concordar ou não, que as profundas transformações pelas quais passa a sociedade devem suscitar um novo pensar educacional com vistas a uma sociedade mais digna e solidária.

Acreditamos que a escola está inscrita no processo de historicidade social e que seu maior objetivo é educar seus alunos com vistas a uma sociedade melhor em todos os sentidos, principalmente mais justa, menos excludente, onde se possa comungar uma identidade e ter um emprego sem estar à mercê tanto de um quanto do outro.

Na sociedade do conhecimento pensamos que a escola deve ajudar seus alunos na construção de um pensamento crítico, questionador e engajado contra aquilo que

afronta suas aspirações, seja como indivíduo pessoal seja como indivíduo pertencente a um grupo.

Segundo Touraine (1999, p. 48):

[...] Na educação, como em outras áreas, é essencial considerar os indivíduos e os grupos como atores possíveis, e não somente como vítimas compartilhadas ou manipuladas. É a partir desta convicção compartilhada que será possível realizar reformas que reduzirão realmente a desigualdade, eliminarão a exclusão, aumentarão a capacidade de iniciativa de cada um.

No entanto, pressupondo que a escola e o professor são maiores no sentido do esclarecimento kantiano, é de se esperar que sejam os primeiros a se tornarem Sujeitos, organizar-se de modo a preparar escola e sala de aula para construir, com seus alunos, o ambiente de diálogo, respeito e tensão, ou mesmo de indignação, como sugere Boaventura (2009), para que possamos construir espaços para a emergência do Sujeito.

Antes de querer formar Sujeitos a escola deve tornar-se Sujeito.

Assim, poderíamos passar a ver as transformações identitárias, culturais, econômicas, técnicas e midiáticas não com o pessimismo característico da pós-modernidade, mas com entusiasmo e otimismo de que os meios já existem para possibilitar uma sociedade mais justa e igualitária e com a consciência de que, o que é necessário agora é a ação.

Considerações finais

O mundo passa por profundas transformações. Essas transformações, que atingem ao mesmo tempo e de diversas formas os quatro cantos do mundo, tendem a influenciar sobremaneira a constituição das identidades, sejam nacionais, grupais ou individuais.

O mundo da técnica, juntamente com a massificação do consumo e da comunicação, além de ressignificar as relações de identidade parecem ajudar na ressignificação do processo de participação política.

A preocupação em defender mais o direito de privacidade do que de participação política efetua transformações pontuais no próprio conceito de cidadania, e muitos sugerem que passará do cidadão para o cidadão-consumidor.

Mediante as transformações do mundo da técnica, da globalização, da identidade e da cidadania foi que trouxemos o conceito de Sujeito para vislumbrar a possibilidade

da assunção do Sujeito no mundo de modo participativo, crítico e voltado a defender-se dessa massificação social.

Por outro lado, buscamos encontrar meios para a efetivação desse sujeito, trazendo a escola como órgão vital para que isso ocorra, de modo que a escola é formadora e poderia preocupar-se com os Sujeitos individuais em relação direta com o mundo da técnica e o mundo da identidade.

Logo, ressaltamos a importância de uma escola autogerida, autônoma e questionadora, que se preocupa, antes de socializar, individualizar seus alunos com vista à formação de cidadãos-sujeitos preocupados com o mundo e com a melhoria dele.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Autores Associados, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 2002.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade ética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O território em tempos de globalização**. Revista Eletrônica Etc., espaço, tempo e crítica. N° 2(4), VOL. 1, Acesso em: 15 de agosto. 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- HARVEY, DAVID. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- IANNI, Octávio. **Os enigmas da modernidade-mundo**. Cidade: Civilização Brasileira, 2003.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da ação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympo, 2011.
- MORIN, Edgar. **O método 5. A humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- SANTOS, Milton. **Por outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Contra o desperdício da experiência: a pedagogia do conflito**. Porto Alegre: Redes editoras, 2009.
- TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.
- TOURAINÉ, Alain. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- _____. **Crítica da modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- _____. **O Retorno do Actor: Ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- _____. **Pensar de outro modo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- _____. **À procura de si: diálogo sobre o sujeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- _____. **Crítica da modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- _____. **Um novo paradigma: Para compreender o mundo hoje**. Lisboa: instituto Piaget, 2005
- _____. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996